

CAPA Gênero



Romeo foi banido do contraturno por preferir vestidos às roupas masculinas

Precisamos falar sobre Romeo...

...Iana, Roberta e Emilson. A escola trata com preconceito quem desafia as normas de papéis masculinos e femininos. A seguir, uma discussão sobre sexo, sexualidade e gênero

WELLINGTON SOARES wellington.soares@fvc.org.br

O pequeno Romeo Clarke, da foto ao lado, tem 5 anos e adora usar seus mais de 100 vestidos para as atividades do dia a dia. “Eles são fofos, bonitos e têm muito brilho”, explicou ao tabloide britânico *Daily Mirror*. Clarke virou notícia em maio do ano passado. O projeto de contraturno que ele frequentava na cidade de Rugby, no Reino Unido, considerou as roupas impróprias. O menino ficou afastado até que decidiu – palavras da instituição – “se vestir de acordo com seu gênero”.

O caso de Clarke não é único. Situações em que crianças e jovens que descumprem as regras socialmente aceitas sobre ser homem ou mulher – seja de forma intencional ou por não dominá-las – fazem parte da rotina escolar. Quando eclode o machismo, a homofobia ou o preconceito aos transgêneros, pais e professores agem rápido para pôr panos quentes e, sempre que possível, fazer de conta que nada ocorreu. “A escola, que deveria abraçar as diferenças, pode ser o ambiente mais opressivo que existe”, defende Iana Mallmann, 18 anos, ativista contra a homofobia. “Muitos ainda abandonam as salas de aula por não se sentirem bem nesse espaço”, completa Beto de Jesus, secretário para América Latina e Caribe da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans e Intersex (Ilga, na sigla em inglês).

Paradoxalmente, quem tem ensinado a escola a agir no respeito à diversidade são os próprios estudantes. “Na contemporaneidade, multiplicaram-se os grupos, os sujeitos e os movimentos, as maneiras de se identificar com gêneros e de viver a sexualidade. Não há apenas uma forma de ser, mas tantas quantas são os seres humanos”, afirma Guacira Lopes Louro, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e uma das principais referências na área de estudos de gênero. É o que mostram os corajosos depoimentos de Iana, Roberta e Emilson (*confira nas páginas seguintes*). Eles nos convidam a uma reflexão sobre nossas próprias ideias de masculino e feminino, hétero, homo ou bi, coisas de menino e coisas de menina. Precisamos falar sobre sexo, sexualidade e, sobretudo, gênero.

Três ideias, três conceitos

Vale desfazer a confusão entre esses conceitos. O sexo é definido biologicamente. Nascemos machos ou fêmeas, de acordo com a informação genética levada pelo espermatozoide ao óvulo. Já a sexualidade está relacionada às pessoas por quem nos sentimos atraídos. E o gênero está ligado a características atribuídas socialmente a cada sexo.

O que se sabe hoje em dia é que o dualismo heterossexual/homossexual não é capaz de abar-

“Professores me diziam que eu não deveria falar sobre minha sexualidade dentro da escola.”

Iana Mallmann,
18 anos, ex-aluna
das redes pública e
privada de Brasília



Discriminada até pelo corpo docente, Iana bancou sua orientação e virou militante

car as formas de desejo humanas. Os estudos sobre o tema dizem que a orientação sexual se distribui num amplo espectro entre esses dois polos. É provável que a definição sexual se dê pela interação entre fatores biológicos (predisposição genética, níveis hormonais) e ambientais (experiências ao longo da vida). Mas não há certezas. O guia *Sexual Orientation, Homosexuality and Bissexuality*, da Associação Americana de Psicologia, resume: “Não foram feitas, por enquanto, descobertas conclusivas sobre a determinação da sexualidade por qualquer fator em particular. O tempo de emergência, reconhecimento e expressão da orientação sexual varia entre os indivíduos”.

É surpreendente notar como determinados comportamentos são mais aceitos em uma fase da história e reprimidos na seguinte. Os moradores da Grécia Antiga, por exemplo, se relacionavam com pessoas de ambos os sexos. Já na Idade Média, comportamentos que se desviassem da norma socialmente definida eram punidos com a fogueira. Hoje, não há mais chamas, mas o sofrimento assume a forma de piadas, humilhações,

agressões físicas e psicológicas, exclusão. Por que ainda agimos assim? Como se construiu uma sociedade que se choca e entra em pânico ao ver um menino se vestindo de menina?

A resposta está no conceito de gênero. Ele diz respeito ao que se atribui como características típicas dos sexos masculino e feminino. Meninas precisam sentar-se de pernas fechadas, meninos podem abri-las. Meninos não podem chorar, meninas são mais sensíveis. Meninos gostam de azul, meninas preferem o rosa. Enfim, uma série de aspectos que, com o tempo, ganham força e se convertem em regras. Por quê?

Porque cada um de nós interioriza as estruturas do universo social e transforma-as em jeitos de ver o mundo que orientam nossas condutas. Diversas instâncias atuam para que essas normas sejam transmitidas dos mais velhos aos mais jovens: a família, os grupos de amigos, as religiões – e, claro, as escolas. No caso do gênero, a associação com elementos preexistentes, como tradições culturais, preceitos religiosos e costumes familiares, vai definindo quais elementos pertencem ao

A escola conivente com a homofobia

“Nunca tive uma postura feminina, nunca gostei de usar vestido, assessorios no cabelo. Por causa dos meus trejeitos, da maneira como eu me vestia, fui alvo de comentários na escola particular em que estudava. Muitos colegas apontavam para mim, riam, me chamavam de menina-macho. Na aula de Educação Física, eu não queria usar short-saia e, por isso, minha mãe foi chamada até a escola várias vezes. Fui repreendida por não me sentar com as pernas cruzadas ou os joelhos encostados, como uma menina deveria.

Comecei a entender o que estava acontecendo comigo durante os anos finais do Ensino Fundamental, quando me apaixonei por uma colega. Entrei em depressão e tentei me matar três vezes. Decidi contar para a minha mãe. Ela me apoiou muito e aí nada mais me importava. Cortei meu cabelo, joguei fora as roupas de menina que eu não gostava, me libertei. Passei a falar abertamente sobre a minha sexualidade, mesmo dentro da escola. Nesse momento, fui abordada várias vezes por professores e pela coordenação.

Eles diziam coisas como ‘tudo bem você ser homossexual, mas não fale disso na escola’.

Descobri depois que havia outros jovens homossexuais na escola, mas eles tinham de ficar calados. No fim das contas, mudei para uma escola pública em que a sexualidade não era um problema. Havia vários projetos para discutir o assunto, inclusive uma semana de combate à homofobia, para questionar a postura dos alunos e da sociedade com o assunto.”

COMO A ESCOLA PODERIA AGIR

A instituição deve ser um ambiente em que todos os alunos se sintam acolhidos. Para que isso aconteça, é importante que a sexualidade seja discutida constantemente, mostrando que não há uma única maneira possível de explorá-la. Também é preciso apoiar alunos que busquem os educadores para discutir sua sexualidade. Nas regras de convivência e nas ações concretas de gestores e professores, deve estar claro que situações de homofobia e piadinhas não são toleráveis.

“Situações parecidas com a minha acontecem todos os dias com muitas e muitas mulheres. A vítima é sempre responsabilizada.”

Roberta Lomonaco
Macchia, 13 anos,
aluna da rede particular
em São Paulo

Roberta (*sentada*),
contou com o apoio da
irmã Nathalya e venceu
a culpa por ser atacada

universo masculino ou ao feminino. Por exemplo: ao provar do fruto proibido e convencer Adão a também comê-lo, Eva teria mostrado o lado irracional e sentimental da mulher. Por isso, sedimentou-se a ideia de que ela deveria estar submissa ao homem – naturalmente, um ser racional e cerebral, como explica a pesquisadora Clarisse Ismério no artigo *Construções e Representações do Universo Feminino (1920-1945)*. Mais exemplos: a associação de carros e motos como “coisa de macho” foi herdada da ideia vigente até o início do século 20 de que o espaço público deveria ser ocupado pelos homens, enquanto as mulheres deveriam se dedicar à vida doméstica, como faziam suas mães. Já a atribuição das cores rosa e azul, respectivamente, a meninas e meninos... Bem, essa aí parece não ter justificativa. Nenhuma surpresa: a investigação sócio-histórica revela que na gênese de muitos hábitos, costumes e regras impera a mais pura arbitrariedade.

Tudo isso se complica em razão de outra característica da mentalidade moderna: a tendência de pensar por oposições. Segundo o filósofo francês

Jacques Derrida (1930-2004), a lógica ocidental opera por meio de binarismos: feio/belo, puro/impuro, espírito/corpo etc. “Um termo é sempre considerado superior, e o oposto seu subordinado”, explica Guacira. Assim, o homem heterossexual conquistou o lugar de maior prestígio na sociedade. Um degrau abaixo, a mulher. E na penumbra, os que não se encaixam no esquema binário: gays, lésbicas, bissexuais, travestis...

Até meados do século 20, esse discurso circulou quase sem contestações. A partir dos anos 1950, movimentos feministas, guiados pelos estudos da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), engrossados na década seguinte pelos hippies e outros levantes da contracultura, começaram a colocar em xeque os papéis atribuídos às mulheres na sociedade, no trabalho e na família. Seguiram-se a eles as lutas pelos direitos de homens gays, lésbicas, travestis, transexuais e assim por diante entre 1970 e os anos 2000. Atualmente, correntes contestatórias ampliam as possibilidades identitárias, defendendo que há muitos jeitos de ser homem e mulher.

O machismo que culpa a vítima

“Eu estava voltando de um passeio promovido pela escola. Tinha andado o dia inteiro e resolvi tirar a blusa de moletom. Quatro meninos me encurralaram em um canto do ônibus e tentaram tocar meus seios. O professor me viu chorando e, indignado, ligou para o orientador pedagógico.

Minha mãe foi à escola diversas vezes cobrar providências. O orientador conversava com ela e depois me chamava sozinha à sala dele para falar o oposto. Tive de ouvir frases como: ‘Você precisa encarar isso como uma brincadeira’, ‘Talvez você tenha provocado’ e ‘É normal que isso aconteça com meninos dessa idade’. Era como se eu – e não os meninos que tentaram me tocar – tivesse feito algo errado. Numa reunião com minha mãe, o coordenador chegou a dizer que para me mudar de sala teria de inventar uma história, porque esse procedimento só era tomado quando algo grave acontecia. Como se o que eu passei não fosse um tipo de violência.

Me senti culpada. Só consegui superar esse sentimento porque tive o apoio da minha família,

de alguns amigos e da minha irmã mais velha, Nathalya. Engajada em discussões sobre o feminismo, ela me ajudou a ver que situações parecidas com a minha acontecem todos os dias com muitas e muitas mulheres e a reação é sempre a mesma: a vítima é responsabilizada.”

COMO A ESCOLA PODERIA AGIR

É preciso deixar de naturalizar esse tipo de episódio. Meninos precisam respeitar o corpo da mulher. Cantadas desrespeitosas e situações de assédio podem ser comuns, mas não são aceitáveis. Não se deve, ainda, usar critérios diferentes para o comportamento de meninos e meninas, como se apenas garotos demonstrassem interesse sexual e indisciplina. Outro tema da pauta é a responsabilização da vítima. Em casos como o de Roberta, é comum que se escutem questões como: “Você não provocou?” e “Como você estava vestida?”. Atitudes e roupas, quaisquer que sejam, não justificam ataques. Assédio e atos violentos são sempre culpa do agressor.

CAPA Gênero

*“Na sala da direção,
disseram que homem
usa saia na Escócia,
mas não no Brasil.”*

Emilson Gomes Júnior,
18 anos, ex-aluno
da rede pública
do Rio de Janeiro



**Nathália, Matheus
e Daian protestaram
pelo direito de Emilson
(blusa bege) usar saia**

Você deve estar se perguntando onde a escola entra nessa discussão. Para que ela respeite a diversidade, as formações de professores precisam abordar o assunto. É o melhor caminho para disseminar o que as pesquisas já descobriram sobre a construção dos gêneros e sua relação com o sexo e a sexualidade. Mas as iniciativas sofrem forte resistência. O caso mais notório aconteceu em 2011. Como parte do programa Brasil sem Homofobia, especialistas produziram para o governo federal cadernos com conteúdo pedagógico que colocavam o tema em discussão.

A intenção era que o material fosse distribuído a escolas de todo o país. Antes da impressão, entretanto, congressistas ligados a entidades religiosas se opuseram ao projeto. Apelidado de “kit gay”, o conteúdo foi acusado de estimular “a promiscuidade e o homossexualismo” – termo em desuso por remeter a doença (hoje, fala-se em homossexualidade). A União cedeu às pressões e vetou a circulação dos cadernos. Oficialmente, não há perspectivas para que esse material saia do armário. Mas, agora, ele está disponível no site

de NOVA ESCOLA (novaescola.org.br/educacao-sexual). Leia e tire suas conclusões.

Por enquanto, episódios como o do menino Romeo seguem envoltos pela vergonha. Mesmo em casos de crianças muito pequenas, em que não há relação entre o comportamento da criança e sua sexualidade (meninos mais sensíveis ou meninas que preferam o futebol às bonecas), o expediente-padrão é convocar os pais para uma conversa sobre o suposto problema e encontrar maneiras de “corrigi-lo”. “Muitas vezes, essas crianças e jovens apanham dos pais, são proibidos de voltar às aulas ou mesmo fogem”, relata Constantina Xavier, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É papel da escola agir com profissionalismo. O que, nesse caso, significa tratar o tema com naturalidade e não reportá-lo aos pais. Um menino quer se vestir de princesa. Se há algum problema, é com os olhos de quem vê. Como ensina Georgina Clarke, a mãe do pequeno Romeo: “Não me importo. Faz parte de quem ele é. Se usar os vestidos faz com que ele seja feliz, então está tudo bem para mim”.

Todos de saia contra os rótulos

“Não acredito nas divisões entre o masculino e o feminino e, por isso, me considero agênero. Um dia, uma amiga deixou comigo uma saia do uniforme. Decidi ir à escola com ela. Ouvi uma piadinha ou outra, mas meus colegas de classe não se importaram. Na última aula, fui chamado à sala da gestão, onde estavam o coordenador pedagógico e a diretora adjunta. Ela começou dizendo que tinha contato com as discussões de gênero desde a faculdade. Também argumentou que, na Escócia, era normal que homens usassem saia, mas aqui no Brasil não. No fim das contas, eles queriam que eu tirasse a saia.

Não fui obrigado, mas a presença dos dois me fez pensar: ou eu tiro ou pode haver consequências ruins para mim. Na instituição em que estudo, uma escola pública tradicional do Rio de Janeiro, as organizações estudantis são muito fortes. Além do grêmio, também há uma frente liderada pelos alunos para fazer com que todos se sintam aceitos como são. Nós sempre realizamos atividades, palestras e atos para discutir temas

ligados ao gênero e à sexualidade. Como protesto ao que tinha acontecido, promovemos um ‘saíato’ duas semanas depois. Mais de 30 alunos, homens e mulheres, foram de saia à escola no dia marcado. O caso repercutiu e saiu em diversos jornais. Infelizmente, a gestão da escola decidiu não tocar no assunto. Apesar de uma nota divulgada a um jornal, não houve nenhum tipo de discussão organizada pela escola.”

COMO A ESCOLA PODERIA AGIR

Questionar desde a Educação Infantil as normas e os padrões associados a cada um dos gêneros é um passo inicial. A definição do que é roupa de menina e o que é roupa de menino também é feita por convenções que variam de acordo com a cultura e o local. Assim, não há porque proibir que um menino vista saia, se ela fizer parte do uniforme definido pela instituição. Se o uso causar comoção na escola, a situação pode ser utilizada para debater como se construíram as regras que diferenciam homens e mulheres.